

## *Sob as botas do Império Persa*

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI  
Centro Universitário de Maringá

**O**S PERSAS SURGEM NO HORIZONTE da História de Israel entre os anos 539 e 332 a.C., período conhecido como pós-exílio. O contato dos persas com os judeus acontece fora do território palestino. É o ano de 539 a.C., quando o exército de Ciro toma a Babilônia no início de outubro para que, no dia 29, (Hayes, 1990:518) o próprio Ciro entre triunfalmente na cidade da Babilônia, sendo recebido com entusiasmo pela população da capital. Segundo o relato do Anet (1964:316), o próprio Ciro declarou-se, naquela ocasião, “rei do mundo, grande rei, legítimo rei, rei da babilônia, rei da Suméria e de Akade, rei das quatro margens da terra, filho de Cambises, grande rei, rei de Ansã, neto de Ciro, grande rei, grande rei, rei de Ansã, descendente de Teipe, grande rei, rei de Ansã, de uma família que sempre exerceu o reinado”. Entre tantos outros povos também conquistados, ele encontra a “comunidade dos descendentes dos cativos trazidos de Judá” por Nabucodonosor (Pixley, 1989:91).

A ascensão meteórica dos persas no domínio do Oriente próximo, durante o terceiro quartel do século VI, criou novas condições para que os judeus tornassem possível a reconstituição da comunidade judaica em Judá. O fundador do império persa foi Ciro. Sua mãe, Mandane, era filha do rei da Média, Astiages, e seu pai era Cambises I, rei persa de Ansã. Segundo Hayes (1990:516), a história do nascimento de Ciro e de suas ações libertadoras em relação a outros povos reflete muito bem a lenda do nascimento real entre os povos iranianos,

semelhantemente às histórias que relatam o nascimento de Sargão e de Moisés, sem, portanto, qualquer valor histórico. Os judeus vivem dois séculos sob o regime persa. Um império que se estende ao leste, até o Punjab e a Bactriana (Turquestão); ao norte, até o Cáucaso e a Trácia; ao oeste, até Maratona e Salamina. Acrescentando o antigo império neobabilônico às suas vastas possessões na Anatólia e no Irão, os persas subitamente dominavam um território mais de duas vezes o tamanho de qualquer império anterior na região (Gottwald, 1988: 401). Os judeus possivelmente poderiam circular por essa imensa unidade política (Cazelles, 1986:211).

O surgimento dos persas nesse período poderia passar despercebido. Afinal, nota-se, na relação com Israel, uma sucessão de Impérios que se sucedem no controle do antigo Oriente Próximo. De certa forma, poderíamos pensar que a contínua sucessão de impérios se tornava algo de corriqueiro no cotidiano de um povo que se acostumava a viver sob as botas dos impérios. Entretanto não podemos ingenuamente pensar que impérios vêm e vão sem que estabeleçam novas e variadas formas de relações com os povos dominados.

Pode-se dizer que o período persa, na memória do povo de Israel, foi marcado por um violento processo de dominação e exploração. Muitos camponeses perderam seus rebanhos, suas terras, seus filhos e suas filhas. Até mesmo aqueles que eram proprietários de terras se viram forçados a se tornar trabalhadores assalariados, semi-escravizados ou até mesmo vendidos para a escravidão.

Certamente, o império persa foi diferente dos impérios que anteriormente haviam dominado a Palestina. O sistema de dominação foi aperfeiçoado. Eles dividiram o império em regiões denominadas satrapias, que eram administradas pelos sátrapas. Essa unidade político-administrativa básica, em torno da qual o império funcionava, teve sua origem com o rei medo Quiaxares. Contudo, esse modelo foi aperfeiçoado por Dario I (Tunnermann, 2001:20). Os reis persas enviavam seus oficiais com o título de “olho do rei” para supervisionar seus sátrapas. Eles eram enviados pelo rei para informá-lo do que estava acontecendo no reino. Eles supervisionavam desde o pagamento de tributo até como as rebeliões eram suprimidas. Dentro de suas bem definidas regiões, eles tinham mais poder do que os sátrapas. Mesmo quando o monarca não estava presente, o povo sabia que ele seria informado de suas ações. E, ao fazer isso, também fixaram o valor do tributo que cada região dominada deveria pagar. Observa-se, no entanto, que, se os impérios que dominavam a região anteriormente aceitavam uma parte dos produtos da agricultura e dos rebanhos como forma de pagamento, os persas passaram a estabelecer o valor do tributo

em ouro e somente aceitavam o pagamento em moedas. Para uma região eminentemente agrícola, é possível imaginar o aumento da exploração que essa mudança proporcionava, ou seja, a Judéia tinha de arranjar o dinheiro para o pagamento do tributo a partir da venda de seus produtos. A necessidade de vender os produtos gerados no campo somente aumentava a capacidade de exploração a que eram submetidos os camponeses.

A análise de Tunnermann a respeito dessa época nos traz alguma luz a fim de entendermos o crescente nível de exploração. Ao analisar a taxa de crescimento de juros, averigua que, durante o reinado de Nabucodonosor, as taxas de juros eram da ordem de 10% ao ano, e subiram para mais de 20% ao ano durante o reinado de Ciro e Cambises. No século V, as taxas alcançavam índices de 40 a 50% ao ano – na Judéia os juros eram da ordem de 60% ao ano (Kippenberg, 1988:55). Acrescenta, ainda, que o aumento do comércio de escravos no Mediterrâneo nesse período foi consequência direta do processo de endividamento causado pelo sistema tributário persa (Tunnermann, 2001:27).

Um exemplo da enorme carga tributária sobre os ombros dos camponeses nos é apresentada pelo historiador greco-romano Heródoto. Seu relato nos indica que a Judéia devia pagar anualmente 350 talentos de prata (Kippenberg, 1988:48) como tributo ao imperador. Através de uma tabela de conversão, ficamos sabendo que um talento vale o equivalente a 6.000 denários, e 1 denário era o equivalente ao pagamento de um dia de trabalho. Sendo assim, 1 talento correspondia a 6.000 dias de trabalho. Conseqüentemente, pagar um tributo de 350 talentos significava entregar anualmente ao império persa o produto equivalente a 2.100.000 dias de trabalho.

O tributo era o mecanismo através do qual o império extraía uma parte da vida do povo. Juntamente com o tributo, quase a totalidade das satrapias tinha que fornecer ao Império taxas fixas de cereais, cavalos, mulas, ovelhas, armas, eunucos, moças, meninos e alimentação para tropas aquarteladas na satrapia (Dadamaev, 1989:180). Ao lado dos impostos diretos, havia ainda vários direitos alfandegários e outras taxas, como taxas portuárias e comerciais, para navegar pelos canais e para usar os portos. O Império ainda tinha poderes para recrutar pessoas para trabalhos na agricultura ou nas construções. E, segundo Neemias (5.14-18) indica, os povos subjugados deviam ainda manter a chancelaria da satrapia e da província:

“Diga-se de passagem, desde o dia em que me nomearam governador de Judá, cargo que ocupei durante doze anos, desde o vigésimo até o trigésimo segundo ano do rei Artaxerxes,

nem eu nem meus irmãos comemos às custas do cargo. Os governadores anteriores oneravam o povo, cada dia exigindo dele quatrocentos gramas de prata para o pão e o vinho, e também seus servos oprimiam o povo. Mas eu não agi assim por respeito ao Senhor. Além disso, trabalhei pessoalmente na muralha, embora eu não fosse dono das terras, e todos os meus servos passavam o dia na obra. À minha mesa sentavam-se cento e cinquenta nobres e conselheiros, sem contar os que vinham de países vizinhos. Todo dia preparava-se um touro, seis ovelhas escolhidas e aves; a cada dez dias encomendava-se vinho de todo tipo em abundância. E apesar disso nunca reclamei a manutenção de governador, porque o povo já estava muito onerado”.

Entretanto, a relação entre o império e o povo era intermediada pelo Templo de Jerusalém. A função do templo era a de arrecadar os produtos agropecuários dos camponeses. Nesse período, o templo vai se tornando o centro econômico, político e religioso do país. Os sumo sacerdotes, que controlavam o templo, vão com o tempo se tornando mais poderosos. Na verdade, eram eles que executavam na Judéia a política do império persa. Uma parte desses produtos era retida no próprio Templo e uma outra parte era vendida para pagar o tributo aos persas. Uma conclusão parece óbvia: essa necessidade premente de vender o produto do campo com o objetivo de obter moedas para o pagamento do tributo leva, conseqüentemente, a agricultura a voltar-se para o mercado. Deixa-se, portanto, de plantar para a subsistência e passa-se a plantar para o comércio.

Um texto extraído das páginas de Neemias, que é dessa época, deixa-nos entrever alguns aspectos do funcionamento da sociedade daquela época:

O povo pobre, sobretudo as mulheres, começaram a protestar fortemente contra os seus irmãos judeus. Uns diziam: ‘Fomos obrigados a vender nossos filhos e filhas para poder comprar trigo, e assim comer e não morrer de fome’. Outros diziam: ‘Passamos tanta fome que precisamos hipotecar nossos campos, vinhas e casas para conseguir trigo’. Outros ainda diziam: ‘Tivemos de pedir dinheiro emprestado penhorando nossos campos e vinhas, para podermos pagar os impostos do rei’. Pois bem, nós somos iguais aos nossos irmãos, e nossos filhos são iguais aos filhos deles! Apesar disso somos obrigados a sujeitar nossos filhos e filhas à escravidão e algumas de nossas filhas já foram reduzidas à escravidão e não podemos fazer nada porque nossos campos e vinhas já pertencem a outros (Neemias 5.1-5).

Segundo Hayes (1990:522), a província (*medinah*) era pequena. Esse termo – *medinah* – é um termo encontrado no aramaico imperial e era usado nas chancelarias persas para designar uma província pequena ou grande. Ela dificilmente poderia ter uma área maior que 2.500 ou 3.000 quilômetros quadrados. A província era dividida em nove distritos (*pelek*), sob o comando de

um oficial denominado *sar* (Neemias, 3.14). O distrito, por sua vez, era subdividido em meio distrito comandado por um oficial administrativo, também denominado *sar* (3.9). Esse novo sistema administrativo trazia conseqüências irremediavelmente amargas para os nativos, pois eliminava a importância dos velhos clãs e das famílias como unidades locais. Não é possível saber o tamanho da população, mas a maioria ainda trabalhava na agricultura, mesmo quando morava nas cidades. A província da Judéia, na dominação persa, encontrava-se quase totalmente na região montanhosa da Judéia. Somente no nordeste ela se estendia um pouco pela planície do Jordão. Ali era possível o cultivo do campo mediante a irrigação, enquanto na região montanhosa predominava o cultivo da terra por águas da chuva. Esse tipo de cultivo da terra traz geralmente rendas menores, uma vez que não é possível uma irrigação regular (Kippenberg, 1988:42).

Esdras, 6.23, menciona o governador de Judá chamando-o de *tirsātā*, um título persa que provavelmente significa “excelência”. Esse título, no texto referido, é dado tanto a Sasabassar quanto a Zorobabel. O outro título para governador, *pehā*, é dado a Zorobabel. Mais tarde esse título é usado por Neemias (12.26) e também usado ao falar dos primeiros governadores (*pahôt*) que tinham atuado antes dele (5.15). O título persa *tirsātā* é também usado por Neemias (7.65). De acordo com isso, tinha havido governadores persas de Judá desde o tempo de Sasabassar e de Zorobabel até o de Neemias. O termo *pehā* também é um termo do aramaico imperial, designando um governador, seja de uma grande satrapia ou ainda de uma pequena província (Hayes, 1990:510). A cidade, ainda que fosse considerada grande, não estava densamente povoada para se sentir segura contra o ataque dos povos vizinhos. A população de Jerusalém nessa época é calculada aproximadamente em 10.000 pessoas (Hayes, 1990:522).

Quando os interesses do governo da Pérsia não estavam diretamente envolvidos, a província era um corpo autogovernável. Era tarefa do governador recolher os tributos que seriam enviados ao tesouro real. Uma outra atividade do governador era a de representar o povo na assembléia. Essa assembléia era composta exclusivamente de judeus, conhecidos como filhos do exílio (Esdras 10.7). Estrangeiros vivendo no país não pertenciam a este corpo conhecido como *qahal* (Esdras 10.12). Nesta assembléia, nós encontramos como designações dos líderes vários termos, tais como: homens nobres (*horim*), anciãos (*zequenim*), chefes (*sarim*), magnatas (*addirim*) e os chefes das famílias (*ha'abot*).

A partir desse primeiro contato, vamos encontrar Ciro, ainda em seu primeiro ano de governo na Babilônia, promulgando um edito devolvendo os utensílios do templo de Jerusalém ao povo de Judá, representado nessa ocasião por Sasabassar.

Jerusalém fazia parte da província da Samaria e, como tal, a supervisão política sobre a construção de um templo estaria nas mãos do governador persa dessa província.

No ano 20 de Artaxerxes (445 a.C.), o rei enviou a Jerusalém Neemias, um israelita de sua confiança, com uma missão bastante ampla. Deveria reconstruir os muros de Jerusalém, povoar a cidade e tomar as medidas civis necessárias para consolidar a região. Contudo, deve-se salientar que a reconstrução de muros era uma prática pouco comum dos persas. De acordo com Ahlstrom e Hoglund, a arqueologia do período persa inicial apóia a teoria segundo a qual o governo persa não permitia que grandes cidades fortificadas fossem construídas (Ahlstrom, 1983:828; Hoglund, 1992:212). Uma atitude política que resguardava qualquer possibilidade de rebelião. Neemias esteve em Jerusalém até o ano 32 de Artaxerxes (443 a.C.), o que confirma a impressão de que não era apenas um emissário para uma tarefa limitada (Pixley, 1989:99), mas o governador de uma nova província. Judá ficou, portanto, separada de Samaria, com sua própria administração.

Destaca-se na construção política de Ciro, tendo em vista a unidade do império, de forma especial, a religião. Sem dúvida, os reis persas não pretendiam forjar a unidade de seu império por meio da unidade da religião ou ainda da devoção por seu deus protetor. Diante do avanço de seu exército e à frente dele, Ciro se apresenta, por exemplo, em Babilônia como o “eleito de Marduk”; em Ur, como “enviado de Sin” (deus da lua); e enfim, aos judeus, como o executor das ordens de Iahweh (Cazelles, 1986:211).

Do ponto de vista do comércio, Dario procurou favorecê-lo em seu imenso império e o fez especialmente por meio de um sistema de estradas e cunhando moedas, que foram chamadas de “dárlicos” (1Cr 29.7; Esd 8.27): “vinte taças de ouro valendo mil dárlicos, e dois vasos de bronze fino dourado, preciosos como se fossem ouro” (Esd 8.27). Vamos encontrar dessas moedas persas na Judéia. “As efígies dessas moedas são um testemunho da influência da Jônia, onde a moeda cunhada foi inventada, e da Grécia” (Cazelles, 1986:219). Impressões de moedas e selos inscritos com *Yehud* (Hayes, 1990:502) testificam a existência de Judá como uma província persa, e as moedas, fortemente influenciadas pela cunhagem grega, mostram que a pequena província possuía sua própria cunhagem. Algum material epigráfico menciona não somente o nome da província, mas também o nome do governador. A partir desse material, podemos conhecer os nomes de quatro governadores de Judá, desconhecidos durante o período persa.

A propagação da moeda diferencia o tempo do domínio persa das épocas anteriores. As primeiras moedas citadas no Antigo Testamento foram os dracmas persas de ouro: Esd 2.69; Ne 7.7-72, cunhadas pelo imperador da Pérsia depois de 517 a.C. O dracma de ouro pesava cerca de 8,4g, e o siclo de prata persa 5,6g. Elas eram trocadas na proporção de 1 por 20, correspondendo à correlação de 1 por 13 entre ouro e prata (Kippenberg, 1988:47). O dinheiro do rei tinha um valor maior em relação às inúmeras moedas locais, que eram cunhadas em prata. De acordo com Tunnermann, “havia três tipos de prata e a câmara de tesouro do rei sabia disso muito bem, pois somente avaliava o valor das moedas depois de pesá-las. O imposto, entretanto, baseava-se na prata pura” (Tunnermann, 2001:25-26).

A moeda de prata cunhada na Judéia, que pesava 2,08g, era particularmente adequada para o pagamento dos mercenários. Para Heródoto (apud Kippenberg, 1988:48), Dario teria sido o primeiro a fixar a contribuição que os povos teriam que pagar ao Estado. A razão para a cunhagem de moedas está ligada ao interesse do estado em regularizar os tributos. Heródoto complementa dizendo que “Dario agia em tudo como um pequeno comerciante” (apud Kippenberg, 1988: 48).

Os moradores da Judéia não tinham nenhuma mina de prata de cuja exploração eles pudessem tirar o dinheiro de prata exigido. Assim, eles tinham que arranjar o tributo exigido através da venda de produtos agrícolas excedentes. Fixou-se, para tanto, um imposto base em prata, que cada proprietário tinha que entregar (Ne 5.4).

Kippenberg conclui dizendo que uma vez que na Judéia não havia mina de prata, nem uma produção considerável de manufaturados – por exemplo, comparável à cerâmica da olaria Ática –, o peso da administração dos valores recolhidos pelo Estado recaía totalmente sobre os agricultores. Isso significava que os camponeses deviam diminuir o número de familiares que viviam da renda do campo e se especializar em produtos que davam mais lucro. O que se vendia era cevada, derivados de oliveira e gado (1988: 50).

A organização do tráfego favoreceu não somente o comércio persa e das satrapias, mas também o comércio grego. A Judéia foi atingida por esse sistema de estradas que ligavam a capital aos diferentes pontos do império. Mas, segundo Cazelles, “esse sistema utilizava o litoral mais do que as montanhas da Judéia” (1986:219).

Não podemos nos enganar com a política religiosa de Ciro. O respeito pela sensibilidade religiosa da população conquistada deve ser observada com algum tipo de reserva. O mesmo olhar de suspeição deve ser lançado para a amenização do terror às pessoas. A mera política de tolerância pelos persas não é suficiente

para explicar a atitude extremamente benevolente do governo em relação aos judeus. Devem-se levantar razões políticas e militares. O Egito não era confiável e, por isso, se fazia necessário colocar as linhas de comunicação a salvo, com tropas persas naquele país. A Palestina, com a província de Judá, era de importância primeira desse ponto de vista.

O decreto de Ciro era apenas uma ilustração de sua política geral. Em vez de esmagar o sentimento nacional com brutalidade e deportações, como faziam os assírios e babilônios, seu objetivo era permitir que os povos sujeitados desfrutassem de certa autonomia cultural dentro da estrutura do império. Invertendo as políticas localmente desagregadoras dos assírios e neobabilônios, Ciro restituiu de maneira seletiva os povos cativos às suas terras natais e restaurou seus cultos religiosos caducados. Nota-se a cautela em evitar o exagero na importância da tolerância às culturas e religiões nativas. Dos textos cuneiformes da época de Nabônides e de Ciro, destaca-se o Cilindro de Ciro, que pode ser considerado a “fonte primária de grande importância e a mais significativa dos textos históricos cuneiformes [...] é também chamada de a magna carta da liberdade e da tolerância” (Hayes, 1990:496).

Bright assevera que o seu governo não era violento (2004:433), embora o próprio Ciro e seus sucessores mantivessem um firme controle por meio de uma complexa burocracia, – a maior parte dos altos oficiais eram persas ou medas (Hayes, 1990:519) – de seu exército e de um eficiente sistema de comunicações. É possível questionar o conceito de violência com o qual Bright trabalha. Pois, sem sombra de dúvida, ainda que a violência física estivesse sendo evitada num primeiro momento, o império persa precisava da produção dos povos conquistados para a sua própria sobrevivência. Como também não podemos nos esquecer que, nesse complexo jogo político, a atitude de Ciro deve ser visualizada e compreendida a partir da posição geográfica estratégica da Palestina. “Uma vez que a Palestina está perto da fronteira egípcia, teria sido vantajoso para o rei manter lá um núcleo de súditos leais, e isso deve ter influenciado sua decisão” (Bright, 2004:433).

Tunnermann nos lembra que, dentro da política de dominação persa, o exército se apresenta como um elemento de extrema importância. Até o início das guerras greco-persas não havia nenhum exército que lhe pudesse oferecer resistência. O texto fala por si mesmo: o exército era dividido em “toparquias militares” e distribuído em guarnições. As toparquias abrangiam várias satrapias e eram comandadas por militares, aos quais os comandantes militares de várias satrapias estavam subordinados. A maior parte do seu contingente era composto

por persas, cujo número total pode chegar perto de um milhão. A espinha dorsal do exército eram os 10.000 guerreiros imortais – recebiam esse nome porque sempre que morria alguém logo era colocado outro soldado em seu lugar. O primeiro regimento (os primeiros 1.000 soldados eram representantes da nobreza persa) constituía a guarda pessoal do rei. Os nove regimentos de imortais restantes eram compostos de representantes das tribos iranianas e elamitas. Nas principais campanhas militares, todos os povos do Império eram obrigados a fornecer determinado número de soldados (Tunnermann, 2001:23). Metzger concorda com a visão da “maior tolerância” (1981:132) e ameniza, com isso, uma análise mais profunda da sociedade persa em sua relação com os povos dominados. Até onde se pode perceber, em seu texto não há expressão alguma que indique uma relação de contrários entre o povo subjugado e o império. Nesse sentido, a posição de Tunnermann parece encontrar uma solução razoável para essa questão. Após salientar que a Pérsia foi o primeiro império mundial na história a proclamar um tratamento tolerante e benevolente dos povos e tribos conquistados, acrescenta que “não se pode confundir tolerância com frouxidão. Os persas tinham uma organização administrativa muito rígida” (Tunnermann, 2001:13-14). Combinado com um sistema melhorado de comunicações, de espionagem, de aparelhamento policial rígidos, do serviço militar, através de construções e manutenção das estradas imperiais, do serviço dos correios, da cunhagem de moedas e de uma língua oficial única, o Império Persa atingiu considerável uniformidade (Tunnermann, 2001:14), constituindo-se num vasto império político que se tornava viável.

Quanto à organização política, Dario deu ao vasto império sua organização definitiva (Tunnermann, 2001:20), dividindo-o em 20 satrapias. De acordo com Cazelles (1986:218), podia-se contar 31 satrapias no fim do reinado de Dario, mas Heródoto, por volta de 450, somente conhecia 20, cada uma das quais com um sátrapa, geralmente um nobre persa ou meda, nomeado pela coroa. Ainda segundo Cazelles, na inscrição de Dario de Behistun, estavam enumeradas 23 províncias que se tornariam satrapias. E acrescenta que se contavam 24 sobre a estatura trilingüe encontrada em Susa, que teria sido feita no Egito e dataria de cerca de 495. Embora fossem governantes quase autônomos, dos quais dependiam os governadores locais, os sátrapas eram fiscalizados severamente por comandantes militares diretamente responsáveis perante o rei, por uma complexa burocracia e por um sistema de inspetores itinerantes que, igualmente, prestavam contas ao rei (Bright, 2004:447). Judá estava na categoria da satrapia “Além do rio”, ou seja, Transeufrates, a qual

incluía o conjunto da Síria e da Palestina. Para Gottwald (1988:402), não está claro se Judá tinha o *status* de província separada desde o início ou ficava sujeita à autoridade da província da Samaria; ao menos até o tempo de Neemias.

Com Judá sendo apenas uma pequenina província ou subprovíncia de um império gigantesco, que abrangia virtualmente todo o mundo, dentro do alcance visual do homem do Antigo Testamento, a situação era certamente semelhante. A reorganização levada a efeito por Dario I colocou todas as satrapias em pé de igualdade jurídica. Isso significava que todas deviam pagar tributos.

A partir do início do século V, os persas sofreram imensas perdas em pessoas e em material no interminável conflito pela supremacia do comércio no mar Mediterrâneo. No século V, os altos custos das guerras dos persas contras as cidades gregas eram enfrentadas com pesada tributação (Kippenberg, 1988:21).

### Conclusão

NÃO É POSSÍVEL NEGAR QUE A POLÍTICA de dominação persa foi geralmente de tolerância cultural e religiosa. Contudo, faz-se necessário destacar as situações de violência e de destruição que acompanhavam as ações do Império Persa. Sob o ponto de vista tributário, os persas adotaram um sistema de espoliação que levou grandes parcelas da população à pobreza ou à escravidão.

### Referências Bibliográficas

- AHLSTROM, G.W. *The History of Ancient Palestine*. Minneapolis: Fortress, 1983
- BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2004
- CAZELLES, H. *História política de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1986
- CROATTO, J.S. "A dívida no reforma social de Neemias – um estudo de Neemias" in: *Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana*, nº 5-6, 1990, p. 25-34.
- DANDAMAEV, M.A. *A Political History of the Achaemenid Empire*. Leiden: Brill, 1989
- DONNER, H. *História de Israel e dos Povos Vizinhos*. Petrópolis: Vozes, 1997
- GOTTWALD, N. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulinas, 1988
- HAYES, H. & MILLER, J.M. *Israelite and Judaeen History*. Philadelphia: Trinity Press International, 1990
- HOGLUND, K.G. *Achaemenid Imperial Administration in Syria-Palestine and the Missions of Ezra and Nehemiah*. Atlanta: Scholars, 1992 SBL Dissertation Series, 125).
- KILPP, N. *Jonas*. Petrópolis: Vozes, 1994
- KIPPENBERG, H.G. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988
- METZGER, M. *História de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1981

PIXLEY, J. *História de Israel a partir dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1989  
TUNNERMANN, R. *As reformas de Neemias – a reconstrução de Jerusalém e a reorganização de Judá no período Persa*. São Paulo: Paulus, 2001.

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI  
Pós-Doutor em História Antiga pela Unicamp/Núcleo de Estudos Estratégicos

luizalexandre@cesumar.br